



Língua e Ensino de Língua: Entre o Senso Comum e a Ciência

Language and Language Teaching: Between Common Sense and Science

RESUMO

Este artigo reflete sobre a língua portuguesa bem como seu ensino e aprendizagem, em todos os níveis, à luz das relações mais ou menos tensas e possíveis entre o conhecimento do senso comum e o conhecimento das ciências da linguagem. Sinaliza, igualmente, que a competência linguística é adquirida de maneira mais eficiente com base também na consideração da língua em uso e não apenas em estudos exclusivos da gramática normativa ou prescritiva.

Palavras-chave: Língua Portuguesa. Linguística. Gramática. Ensino. Ensino e Aprendizagem.

CAMPATO JR., João Adalberto

Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Brasil (UB). Coordenador do Grupo e Núcleos de Pesquisa da UNIESP S.A.. Editor-chefe de Publicações da UNIESP S.A. Doutor e Mestre em Letras pela UNESP. Pós-Doutorados pela USP, UNICAMP, UERJ e UFMS.

ORCID Id: <https://orcid.org/0000-0002-9026-5007>

ABSTRACT

This article reflects on the Portuguese language as well as its teaching and learning, at all levels, in the light of the more or less tense and possible relationships between the knowledge of common sense and the knowledge of language sciences. It also indicates that linguistic competence is acquired more efficiently based on the consideration of the language in use and not only on studies exclusively of normative or prescriptive grammar.

Keywords: Portuguese language. Linguistics. Grammatic. Teaching. Teaching and Learning.

Considerações Iniciais ¹

As reflexões sobre a língua portuguesa constituem uma questão que extrapola os muros das universidades para aportar em múltiplos ambientes que nada guardam de semelhante, a princípio, com a academia. Nessa linha de considerações, cairia bem aquela flexível e conhecida fórmula do louco, a saber: “De louco e linguista todo mundo tem um pouco”. É sobre o alcance epistemológico dessa fórmula alegórica que se pretende tratar ao longo deste artigo, especialmente, sobre a concepção de gramática, de efeito de sentido e, em algum sentido, de sociolinguística.

Retomando, então, a aludida fórmula, ela assinala que a reflexão sobre a língua possui, ao menos, dois discursos que a abordam: o científico e o do senso comum (BAGNO, 2007, p.60). No primeiro caso, situam-se os linguistas que se valem de teorias modernas e conceitos com os quais a língua busca ser entendida com sistematização, objetividade, rigor, método, amparada em conceitos como mudança (no tempo), variação (no espaço), adequação, entre outros. Já no segundo caso, as opiniões sobre a língua estão calcadas em pressupostos impressionistas, ametódicos, exclusivamente empíricos e que, quase sempre, estão pejadas de preconceito.

Os dois discursos coexistem com variados graus de tensão, num verdadeiro *continuum* que vai do distenso ao mais tenso. Por ora, apenas uma ilustração disso: é rotineira a afirmação segundo a qual o erre caipira, o erre retroflexo do interior paulista, é errado e feio, e que a pronúncia correta é o erre chiado do carioca ou o erre do paulistano. Nada valida semelhante pensamento a não ser o preconceito de ordem social, relacionando, ingenuamente, o homem do campo a uma visão de rusticidade, de ingenuidade e de pobreza, formando o oposto da suposta riqueza e do propalado progresso material e intelectual do mundo urbano e litorâneo. As ciências da linguagem já explicaram que as variedades de prestígio da língua - como o português falado por pessoas bem situadas economicamente, escolarizadas e de áreas urbanas – e as relações de poder que elas suscitam levam a supor que elas são as mais belas e as únicas corretas, sem levar em conta que as línguas guardam diferenças entre si e que estão sujeitas a conflitos sociais e imposições de valores.

¹ O presente artigo retoma e desenvolve um capítulo do livro de minha autoria **Língua Portuguesa, Literatura e Artes** (2015).

Há algum tempo ganhou a ordem do dia a discussão – um pouco sem sistematização e com muito senso comum – do chamado gerundismo, jeito de falar que teria se irradiado das operadoras de telemarketing e que, em virtude de ter caído no gosto e na graça populares, passou a frequentar a boca de quase todos brasileiros, tanto dos menos estudados, quanto daqueles que tiveram oportunidade de sentar, por mais tempo, nos bancos escolares oficiais.

Tornou-se chutar cachorro morto acusar alguém de gerundismo, admoestação que não deixava de pagar tributo a certo preconceito linguístico. Mais ainda, a força-tarefa contra o emprego de gerundismo ganhou ares de campanha pop, transformando considerável parcela dos brasileiros em soldados de comandos paragramaticais, para os quais o que importa na comunicação é uma suposta pureza ideal da língua, a qual se deve sob todas as circunstâncias preservar da conspurcação da mudança ou do emprego incorreto pelas pessoas menos estudadas.

Enunciados como “Não se preocupe, vou poder estar tratando desse assunto amanhã” ou “Vocês poderão estar entregando o trabalho para mim na semana que vem” são, com efeito, exemplos do emprego do gerundismo. Sendo ele, em primeira análise, um vício linguístico, as expressões supostamente “corretas” dos enunciados citados seriam: “Não se preocupe, tratarei desse assunto amanhã” e “Vocês poderão entregar o trabalho para mim na semana que vem”. O gerundismo, como ficou acima delineado, é uma locução ou perífrase verbal, cuja estrutura é a seguinte: verbo auxiliar + estar + gerúndio. Portanto, aí o gerúndio é o elemento que menos marca presença, sendo a atuação dos auxiliares que mais chama a atenção.

O Gerundismo

Realizadas essas considerações preliminares, o que poucos atinam é que o gerundismo, conforme arrazoado de Possenti (2011), não é exatamente o que se pode chamar de “erro” e, dependendo das circunstâncias de uso, talvez mesmo nem um vício linguístico.

Isso porque sua construção não desrespeita a regra canônica da sintaxe (verbo auxiliar + estar + ndo), sendo seu aspecto mais funcional justamente o efeito de sentido de ação em progresso que veicula. A essa luz, não obtêm os mesmos efeitos de sentido os falantes que dizem: a) “Vou mandar sua encomenda” e b) “Vou estar mandando sua encomenda”; nesse último caso, informa-se (ou quase isso) que a ação de mandar a encomenda será mais demorada, talvez provida de mais etapas, devendo vencer mais

dificuldades. A informação, quanto ao mais, é expressa com mais polidez, quer dizer, de forma mais gentil.

Vê-se que, em determinadas circunstâncias de enunciação, a depender do contexto, principalmente do contexto imediato, e de acordo com o efeito de sentido que o falante deseja acarretar, ele deverá empregar até mesmo uma estratégia linguística julgada “errada” ou “viciosa” pelos falantes das variantes prestigiadas da língua portuguesa, as tais normas cultas. No caso de um vendedor que esteja lidando com cliente de trato difícil, cuja simpatia é custosa de ser alcançada, ele poderá se valer, estrategicamente, do gerundismo com vistas a veicular uma imagem (ethos discursivo) de cordialidade e realizar a transação comercial. A propósito, ethos consiste na imagem que o falante constrói de si pelo discurso e que nem sempre corresponde a seu comportamento do dia a dia.

O usuário competente da língua, bem-feitas as contas, não é aquele que apenas domina a gramática prescritiva, mas que, também, leva em conta outras variáveis que atuam na expressão, como, por exemplo, a dimensão pragmática da língua (as regras sociais, a interação com outro, a língua efetivamente em uso e as consequências disso, etc).

Em semelhante linha de ponderação, pode-se reportar aos pleonasmos outro “vício” de que se orgulham em não cair os puristas exagerados. Fiorin (2014, p.136) lembra que o termo grego pleonasmós está relacionado ao significado de “abundância”, “excesso”, “amplificação”. Um passeio célere pelo Facebook já é mais do que suficiente para topar com postagens que listam pleonasmos viciosos dos quais o usuário da língua deveria manter-se afastado caso deseje empregar a língua com correção e eficiência, não a maculando. Entre os abundantes pleonasmos amaldiçoados sem a atenuante do relativismos, lá estão: “encarar de frente”, “subir para cima”, “hemorragia de sangue”, “surpresa inesperada”, “há anos atrás”, “todos foram unânimes”, etc.

Frequentam os livros escolares, no entanto, alguns pleonasmos, mas listados como figuras de estilo. São os pleonasmos viciosos com direito de cidadania. Esse fenômeno recebe um tratamento exageradamente simplista, responsável por deixar a falsa ideia de que os pleonasmos são praticados com legitimidade tão somente no âmbito do discurso artístico, motivado esteticamente, ficando totalmente fora do aspecto utilitário do dia a dia da língua.

Na realidade, os falantes da língua, os professores, os autores de livros didáticos, os alunos precisam ter a sensibilidade de que a língua só se completa em termos de sentido no

uso. Tendo em vista produzir determinados efeitos de sentido para cada situação de interação, é que o usuário determinará qual recurso expressivo ou estratégia linguística deverá tomar dentre os muitos que se lhe apresentam.

Imagine-se uma situação bastante simples e nada incomum, em que um elevador social de um prédio de apartamentos está lotado de pessoas, as quais estão se dirigindo todas para o último andar, onde se dará uma festa. Entre um e outro andar intermediário, o elevador é parado por diferentes pessoas, que têm em comum o desejo de descer, pois querem ir ao subsolo. Elas, então, perguntam se o elevador está subindo. Quem está dentro responde calmamente que o elevador, em verdade, está subindo. Depois de mais de duas questões como essa, é bem possível que um dos usuários do elevador responda com ironia já mesclada com falta de paciência: “Sim, está subindo para cima!”.

Não é adequado concluir da historietta que o usuário infringiu às regras da língua portuguesa quer seja por desconhecimento da língua, quer seja por mera displicência no seu emprego. Se, num assomo de ironia, repetiu ideias pleonasticamente, essa repetição não enfraqueceu ou anulou a potência da expressão verbal; bem pelo contrário, intensificou o sentido que ele perseguiu expressar para aquela situação em particular. O pleonismo aí foi o recurso de linguagem encontrado a fim de traduzir com fidelidade e eficiência seu desgosto e mal-estar com toda aquela situação, cujo imbróglio era causado por oposição entre o subir e o descer.

Urge aceitar que uma coisa é “encarar” e outra coisa é “encarar de frente”. Isso porque elas não criam o mesmo efeito de sentido e o mesmo resultado nos receptores do processo de comunicação. Para as ciências da linguagem atuais, que já sinalizaram claramente que a função da linguagem é, acima de tudo, argumentar, interagir com o outro, negociar sentidos e não apenas transmitir mecanicamente simples informação, faz notável diferença empregar uma ou outra expressão.

Com efeito, “encarar” não possui o apelo persuasivo – até patético – que “encarar de frente” guarda em si. Novamente, são o uso da língua, as condições de recepção e de produção do discurso e os efeitos de sentido a serem obtidos que atestarão que isso é certo ou errado, ou melhor dizendo, adequado ou inadequado. Mais uma vez, não se trata de saber ou não apenas gramática prescritiva. Numa situação como essa, vale muito mais a competência comunicativa e interacional do aluno.

A rotineira combinação entre o verbo “haver” indicando tempo decorrido e o advérbio “atrás” vem citada amiúde como um escorregão do cantor e compositor Raul Seixas (1945-1989), que, em “Eu Nasci Há Dez Mil Anos Atrás”, teria se deixado levar por pleonasma vicioso. Ao artista baiano, nem fora concedido o álibi do pleonasma poético, no que subjaz um preconceito sobre cuja origem é interessante pensar.

Talvez preconceito até mesmo contra o coautor da letra da canção - o escritor Paulo Coelho - julgado por muitos críticos como um fenômeno paraliterário e não literário. Seja como for, indicativa do preconceito é a posição estreita e pedestre de Luiz Antonio Sacconi (2008, p.250), que, ilhado nos curtos limites da gramática normativa, estabelece o seguinte comentário ao fato: “Sendo assim, Raul Seixas foi redundante, ao compor Eu nasci há 10 mil anos atrás. Se omitisse o verbo (há), todo o mundo com certeza cantaria mais animado...”.

É temeroso pensar como textos das mais diversas naturezas e exercendo as mais variadas funções possam ser julgados por uma mesma, invariável e única régua: a da gramática normativa. Se alguém, porventura, fala “Eu nasci há 100 anos atrás”, pode estar produzindo o efeito de sentido de ancianidade, a qual se torna mais “palpável” e concreta justamente com a união do verbo “haver” e do advérbio “atrás”.

Nessa sequência de postulações, figura-se essencial atentar bem à noção de produção de efeitos de sentido. Isto é, entender que, em função de determinado sentido que o produtor queira gerar, ele será levado, eventualmente, a subverter uma regra gramatical e até um gênero discursivo, seja nos seus aspectos temáticos, estilísticos e compositivos. Tomando como ilustração os gêneros literários, pode-se citar o poema herói-cômico, que, para moldar efeito de sentido burlesco, vale-se do tema comum ou vulgar, empregando o estilo solene da epopeia.

Aceitando semelhante postura, quanto mais o produtor de textos dominar diferenciadas e numerosas estratégias compositivas e recursos linguísticos variados e alternativos, mais possibilidades terá de redigir textos eficientes, adequados a cada nova situação comunicativa diferente e a cada efeito de sentido almejado.

Por vezes, o manejo desses efeitos de sentido dá-se de forma espontânea. Fiorin (2013, p.67), a esse propósito, menciona os jogadores de futebol, que, após terem alcançado fama, utilizam-se de recursos de pessoa com o intuito de produzir efeitos de sentido

específicos. O caso paradigmático é o de Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, que se refere, com muita frequência, a si mesmo na terceira pessoa gramatical. Usa-se, pois, uma pessoa no lugar da outra.

Em entrevista à revista *Veja* - *apud* Fiorin (2013) -, em 04/03/2009, o jogador assim se pronunciou depois de uma pergunta: “É difícil carregar a fama do Pelé. As tentações são muitas. O Edson é humano e adoraria levar uma vida mais divertida, mas sabe que é o equilíbrio e a base do Pelé. Os dois sabem o quanto é importante não decepcionar o povo brasileiro”. O efeito de sentido resultante desse intercâmbio retórico de pessoas é o esvaziamento da subjetividade de um indivíduo, que, desse ângulo, passa a ser encarada como apenas um papel social, isto é, o craque de toda uma nação.

Considerações Finais

A esta altura, faz-se momento de declarar algo mais explicitamente com relação ao professor de língua portuguesa. Apesar das indicações dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), semelha que, em muitas oportunidades, não está ainda suficientemente claro para o professor de Língua Portuguesa que sua disciplina não é sinônimo de gramática e, mais ainda, de gramática normativa ou prescritiva, aquela que indica o que é certo falar e o que é errado.

Sabe-se que o domínio apenas da gramática normativa é insuficiente para lidar com a totalidade das questões que a linguagem coloca a seus usuários e que vão além de meras regras. Retornando ao caso das postagens do Facebook, não deixa de ser curioso notar que boa parte delas é originária de graduandos do curso superior de Letras, de professores de língua portuguesa recém-formados ou de professores que estão na ativa há menos de 10 anos. Isso evidencia que, embora tenha havido, na esteira dos PCNs, alteração teórica no currículo e na metodologia dos cursos de Letras, ela está distante de ter tido a eficiência desejada na prática. Se o fosse, as postagens sobre produção textual, sobre competência comunicativa, sobre gêneros discursivos deveriam ser bem mais numerosas e constantes do que aquelas de dicas de “acentuação gráfica”, de “ortografia”, de “regência verbal”, de pleonasmos, etc.

Resta bem claro que essa situação preocupante terá pouquíssima chance de ser alterada se a sociedade como um todo não modificar suas concepções sobre língua e suas expectativas sobre o ensino de língua portuguesa na escola. Não é apenas um caso de política educacional; trata-se, antes, de um fenômeno que perpassa todos os setores da sociedade.

Mais uma vez, os alunos devem estudar a língua não apenas sob a batuta da gramática prescritiva ou normativa, mas, acima de qualquer coisa, à luz da estilística, da pragmática, da retórica, da semântica argumentativa, entre outras disciplinas mais aptas a encarar a linguagem como espaço de interação social, que busca não apenas a correção, a pureza da língua, mas, sobretudo, a produção de sentidos diferentes, que atuem, com eficácia, sobre o outro. Em diferentes termos: um estudo da língua tendo em perspectiva a alteridade, a comunicação eficiente e o uso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPATO, JR. J.A. Gramática e efeitos de sentido. *In*: CAMPATO JR., J. A. **Língua portuguesa, literatura e artes**. São José do Rio Preto: HN, 2017. p. 135-145.

FIORIN, José Luiz. Enunciação e comunicação. *In*: FIGARO, Roseli *et al.* **Comunicação e análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2013. p.45-78.

FIORIN, José Luiz. **Figuras de retórica**. São Paulo: Contexto, 2014.

MORENO, Cláudio; MARTINS, Túlio. **Português para convencer: comunicação e persuasão em direito**. São Paulo: Ática, 2006.

POSSENTI, Sírio. **Questões de linguagem: passeio gramatical dirigido**. São Paulo: Parábola, 2011.

SACCONI, Luiz Antonio. **Corrija-se: de A a Z**. São Paulo: Nova Geração, 2008.

Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

